



INFORMATIVO SEMANAL

**EDIÇÃO DO DIA 17/02/2016 – QUARTA-FEIRA
ITAJAÍ-SC (43/2016)**

Qual a data máxima para entrega das declarações à RFB, sem incidência de multa no mês de fevereiro/2016?

Data de Apresentação	Declarações, Demonstrativos e Documentos De Interesse Principal - Pessoas Jurídicas	Período de Apuração
5	GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social	1o a 31/janeiro/2016
10	Envio, pelo Município, da relação de todos os alvarás para construção civil e documentos de habite-se concedidos.	1o a 31/janeiro/2016
15	DCP - Demonstrativo do Crédito Presumido do IPI	Outubro-Dez/2015
16	EFD-Contribuições - Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita. - (Consulte a Instrução Normativa no 1.252, de 1o de março de 2012).	novembro/2015
22	PGDAS-D - Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional	janeiro/2015
23	DCTF Mensal - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - Mensal	dezembro/2015
29	Decred - Declaração de Operações com Cartões de Crédito	Julho-Dezembro/2015
29	DIF Papel Imune - Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle de Papel Imune	Julho-Dezembro/2015
29	Dimob - Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias	Ano-calendário de 2015
29	Dimof - Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira	Julho-Dezembro/2015
29	Dirf - Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte	Ano-calendário 2015
	De Interesse Principal das Pessoas Físicas	
5	GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia e Informações à Previdência Social	1º/Janeiro/2016 a 31/janeiro/2016
29	DOI - Declaração sobre Operações Imobiliárias	janeiro/2016



CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA - MEI

- Sempre que houver a devolução de mercadorias, deve ser descontado o valor do ICMS a recuperar, sob pena de autuação fiscal por compensação indevida. Você já fez uma auditoria contábil na sua empresa? Converse com um especialista no assunto!

Via Ghisleni Advogados



CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA - CPRB

- O crédito de IPI deve ser atualizado quando o fisco opõe-se injustificadamente ao direito do contribuinte. *“É devida a correção monetária ao creditamento do IPI quando há oposição ao seu aproveitamento decorrente de resistência ilegítima do Fisco”*. O fisco opôs-se injustificadamente a atualização do crédito do IPI? contate-nos!

Via STJ - Súmula 411



DIREITO TRIBUTÁRIO – IOF

- No caso de emissão de títulos e valores mobiliários (art. 64, inc. IV a CTN), o valor nominal mais o ágio como base de cálculo, tem traços de inconstitucionalidade, pois quando há deságio, ainda assim a base de cálculo é o valor nominal (sem considerar o deságio). Revise suas transações e economize em tributos? Fale com um especialista.

Via Ghisleni Advogados.





DIREITO TRIBUTÁRIO – IMPUGNAÇÃO MULTAS FISCO

- No regulamento aduaneiro e no Regulamento do IR há previsões de multas, mas elas são ilegais. Quer maiores esclarecumento

Via Ghisleni Advogados



DIREITO EMPRESARIAL – DISSOLUÇÃO EMPRESARIAL

- **A DISSOLUÇÃO EMPRESARIAL pode ser total ou parcial.** A **parcial** ocorre com a liquidação das cotas, sendo que apenas ocorre a redução do capital social; já a **total** a sociedade será extinta nas hipóteses previstas no art. 1033 do CC/02. **A dissolução irregular (sem baixa nos órgãos competentes) implica responsabilidade dos sócios e administradores pelas dívidas, com a possível desconsideração da personalidade jurídica para atingir patrimônio** desses particulares. Você gostaria de saber mais sobre a dissolução da sua empresa? contate-nos!

Via Ghisleni Advogados



DIREITO EMPRESARIAL – REGISTRO DA EMPRESA

- **AS atividades empresariais são inscritas no Registro Público de Empresas Mercantis, ao passo que as atividades intelectuais são inscritas no Registro Público das Pessoas Jurídicas.** Você gostaria de obter mais informações sobre inscrição e regularização da sua empresa? contate-nos!

Via Ghisleni Advogados

